

“Anota o meu nome aí também”

Cadastramento feito pelo GDF confunde os invasores. Eles pensam que estar na lista garante a confirmação de posse dos lotes

Rovênia Amorim
Cristina Ávila
Da equipe do **Correio**

Antônio de Deus Vieira Araújo, de 26 anos, corre pela ruela esburacada e poeirenta da invasão que cresce entre a QR 519 e a QR 521 de Samambaia. É terça-feira, quase meio-dia. Ele tenta chamar a atenção dos funcionários do governo ou dos soldados do Corpo de Bombeiro que participam do levantamento sócioeconômico iniciado no dia anterior, no local. Antônio clama por justiça.

“Não querem me entregar o papelinho da confirmação da inscrição, só porque uns malandros roubaram as minhas telhas ontem de madrugada”, protesta o vendedor desempregado, que diz estar mudando para o barraco, com o pai Anastácio, de 69 anos, e a família da irmã casada, a Jesus Araújo. “Se não me derem, como vou provar depois que tenho barraco aqui e preciso de lote?”, questiona.

O levantamento sócioeconômico não é cadastramento para distribuição de lotes. É apenas o controle que o governo Joaquim Roriz faz nas invasões do Distrito Federal para conhecer o perfil das famílias. Só que, para muitos invasores, essa explicação é complicada demais. Para eles, ter o nome escrito na ficha do Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab) funciona como pré-requisito para ganhar um lote.

Por onde a equipe do Idhab ou das administrações regionais passa para o levantamento, forma-se o rebuliço. Uns invasores amontoam-se na porta dos barracos. Querem mostrar que o casebre de madeirite tem móveis, situação que conta mais para ter o nome na tal lista, na opinião deles.

Antes de lançar o programa habitacional para os próximos quatro anos, o governo quer conhecer o perfil dos invasores e a demanda por moradia no Distrito Federal. Mas o trabalho é lento. Até agora, o levantamento foi feito apenas em três cidades: Recanto das Emas, Riacho Fundo e Samambaia. Ainda assim, os números finais não serão precisos. Os funcionários trabalham ao mesmo tempo em que mais famílias vão chegando e construindo seus barracos. Essas ficam de fora da pesquisa.

“Acho que esse trabalho não adianta nada. Só dá esperança falsa a esse povo de que vai ganhar lote”, comenta um bombeiro que tapa o nome do uniforme e pede para não ser identificado. Ele integra a equipe de 25 soldados que ajudava no levantamento sócioeconômico na invasão da QR 521, na última terça-feira.

E ele tem certa razão. Qualquer pessoa que aparece na invasão com caderno e caneta na mão é logo cercada pelos invasores. Até mesmo os repórteres do *Correio Brasileiro* são confundidos com funcionários do governo. “Coloca o meu nome aí também?”, insiste Francisca Oliveira Costa Alves, 33 anos, uma cearense

de Novo Horizonte e que mora na invasão da QR 521 há três semanas. Mesmo depois de ser informada de que não se tratava do levantamento sócioeconômico do Idhab, ela não desiste. “Ah, mas escreve mesmo assim. É bom. O Roriz não lê jornal? Ele

vai ver que a gente precisa de um lugar pra morar”, argumenta.

“FOI PILANTRAGEM”

Assim como Francisca, as entrevistas despertam a atenção de outros invasores. Eles aproximam-se esperançosos e vão pedindo para ter o nome anotado. A ansiedade é ainda maior naqueles que chegaram depois da visita dos funcionários do governo. É que a regra ditada pelo GDF é a de fazer o levantamento em cada foco de invasão somente uma vez.

“Corri atrás do bombeiro ontem cinco vezes, mas ele disse que não ia fazer o meu cadastro porque não tinha ninguém no meu barraco. É mentira. Foi pilantragem dele. Moro aqui com a minha mulher Tânia e meus três filhos”, explica o pedreiro Eugênio de Souza Abreu, 33 anos, mostrando os poucos móveis que tem dentro do barraco.

“Estou morando na invasão desde que ela começou, há um mês. Foi injusto o que fizeram comigo. Claro que, se eles pegam o nome da gente e levam lá pro departamento do Idhab, é mais garantido a gente conseguir um lote”, acredita. Raimundo Antônio dos Santos, 32 anos, acha a mesma coisa. “Ter o nome lá é uma garantia, sim”, teima o garçon desempregado há dois anos. “Por que? Porque o Roriz disse que vai dar lote pra pobre e lega-

Raimundo Paccó



Eugênio Souza Abreu: “Corri atrás do bombeiro cinco vezes, mas ele disse que não ia fazer o meu cadastro”

lizar as invasões tudinho”, diz.

E não adianta o governo repetir que o levantamento não é garantia para o invasor ser atendido no programa habitacional. E nem que os barracos construídos após o levantamento serão numerados e muito menos as famílias catalogadas. As carroças carregadas de madeirite e telha de amianto não param de circular pelas invasões.

No Recanto das Emas, a situação beira o incontrolável. A quadra 605, que há duas semanas era o principal foco de invasores, deixou de ser o mais procurado. “Lá, tá tudo lotado. Não cabe mais nada”, explica o mi-

neiro Carlos Pereira de Oliveira, 48. Ele constrói o barraco da mulher, Vandecy, na quadra 602, que disparou a crescer nas últimas semanas. “E te falo mais. Depois que terminar o dela, vou fazer o meu. O que sair primeiro, a gente fica.”

O presidente do Idhab, João de Carlos de Medeiros, lamenta a expectativa dos invasores em torno do levantamento “Se essas pessoas estão com essa esperança, não posso confirmar essa esperança. O atendimento será feito com base em critérios”, explica. Na semana passada, o administrador Rubens Tavares, do Recan-

to das Emas, tentou minar a esperança dos novos invasores de serem incluídos num novo levantamento.

“Não vamos voltar para fazer o levantamento das famílias que chegaram depois que os funcionários do Idhab e da administração estiveram lá”, disse. O aviso, no entanto, não surgiu efeito. “Tudo bem, então. O homem não quer dar lote, mas a gente vai caçando as áreas vazias”, desafia Haroldo Porfírio de Oliveira, 42 anos, motorista desempregado, e que construiu um barraco na invasão que surge aos fundos da quadra 605. “Fizemos a nossa parte”, acrescenta.